

Do crioulismo americano ao mameluco paulista: processos de Independência e formação do Estado e da Nação em Alfredo Ellis Jr.*

Diogo da Silva Roiz¹

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Inspirando-se nas discussões que foram feitas na historiografia quanto aos processos de Independência e de formação do Estado e da Nação, com a participação dos grupos nativos e formados nas Américas, com o crioulismo, pretende-se discutir nesse texto de que maneira Alfredo Ellis Jr., nos anos de 1930 e 40, voltou-se para o período colonial e imperial brasileiro e fez a leitura do processo com base no mameluco paulista; isto é, o bandeirante desbravador dos sertões, formador de cidades, criador de fronteiras, militar, administrador e planejador; e seus atos repercutiram na formação da Capitania, depois, Província de São Paulo, cuja autonomia e potencial econômico diante do Império em reestruturação nas décadas de 1830 e 1840, segundo ele, apareceriam em momentos como o da Regência de Feijó.

Palavras-chave: Processos de independência – Formação do Estado e da Nação – Crioulismo americano – Mameluco paulista – Alfredo Ellis Jr.

Being felt inspired in the quarrels that had been made in the historiography how much to the processes of Independence and formation of the State and the Nation, with the participation of the native and formed groups in Americas, with the Creole, it intends yourself to argue in this text how Alfredo Ellis Jr., in the years of 1930 and 40, imperial Brazilian turned itself toward the colonial period and made on the basis of the reading of the process mameluco São Paulo; that is, the taming bandeirante, creator of borders, to militate, administrator and planner; e its acts had reed-echo in the formation of the Captainship, later, Province of São Paulo, whose autonomy and economic potential ahead of the Empire in reorganization in the decades of 1830 and 1840, according to it, would appear at moments as of the Regency of Feijó.

Keywords: Independence processes – Formation of the State and the Nation – American creole – Paulistan mameluco – Alfredo Ellis Jr.

* From “American crioulism” to “Paulistan mamelucan”: processes of independence and the formation of State and Nation by Alfredo Ellis Jr.

¹ Uma primeira versão desta pesquisa foi apresentada como trabalho de conclusão da disciplina: *História, cultura e política*, ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva, no curso de doutorado em História da UFPR, no segundo semestre de 2011, a quem agradeço pelos comentários, críticas e sugestões. O trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento: *A guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, 1929-1959*, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Helenice Rodrigues da Silva. Doutorando em História pela UFPR e bolsista do CNPq. Professor da UEMS. Endereço para correspondências: Rua Tibagi, 404, Edifício Aruanã, apto. 100, Centro, Curitiba, PR, 80060-110 (diogosr@yahoo.com.br).

Introdução

As discussões sobre a formação dos Estados e das Nações na Europa e nas Américas se encontram na ordem do dia, como temática fundamental para a compreensão dos próprios processos contemporâneos que desencadearam a globalização da economia mundial (Cf. AZEVEDO & RAMINELLI, 2011). Contudo, em geral, as histórias sobre a formação do Estado e da Nação nas Américas foi mais produzida sob um ângulo estritamente nacionalizador, do que propriamente comparativo; o que desencadeou certo silêncio quanto às especificidades e peculiaridades do processo, entre os diferentes Estados e Nações que se formaram, a partir do século 18, nas Américas: Portuguesa, Inglesa e Hispânica. Nesse sentido, a discussão sobre a formação e a participação dos povos ditos “crioulos” – isto é, nativos de uma região, que se formam por meio de cruzamentos étnicos entre diferentes grupos do local, com estrangeiros, ou ainda, com povos estrangeiros que vieram a se estabelecer no local, de modo a gerar certa descendência – nos processos de Independência, têm se constituído como temática promissora, ao perscrutar de que maneira a população que se originou nas Américas, nos vários processos de miscigenação, juntamente com os povos nativos do território americano, contribuíram para a definição dos Estados e das Nações nos Trópicos.

Com base nessas questões procuraremos discutir nesse texto, como Alfredo Ellis Jr. nos anos de 1930 e 1940 procurou fazer a leitura do processo que desencadeou a Independência do Brasil e propiciou a formação do Estado e da Nação nessas terras, ao centralizar sua interpretação no papel que tiveram os bandeirantes paulistas. Mais precisamente, procuraremos analisar como ele se voltou para o período colonial e imperial brasileiro e fez a leitura do processo, com base no mameluco paulista; isto é, o bandeirante desbravador dos sertões, formador de cidades, criador de fronteiras, militar, administrador e planejador (Cf. ELLIS Jr., 1937, 1948, 1959). E seus atos repercutiram na formação da Capitania, depois, Província de São Paulo, cuja autonomia e potencial econômico diante do Império em reestruturação nas décadas de 1830 e 1840, segundo ele, apareceriam em momentos como o da Regência de Feijó (Cf. ELLIS Jr., 1980).

Processos de independência e formação dos Estados e das Nações nas Américas

Desde o século 19, pelo menos, quando iniciaram as escrituras e publicação de obras sobre as histórias das Independências e sobre a formação dos Estados e das Nações nas Américas, procurou-se apreender o processo mais sob um ponto de vista nacionalista, do que comparativo; e, ao mesmo tempo,

inviabilizou-se, desde então, na maioria dos casos, a produção de histórias que demarcassem as aproximações, diferenças e peculiaridades que configuraram o processo entre as Américas: Portuguesa, Hispânica e Inglesa (Cf. JANCSÓ, 2003, 2005), como pode ser facilmente constatável em autores como Varnhagen e Capistrano de Abreu (Cf. COSTA, 2005). Houve autores, evidentemente, como Manuel de Oliveira Lima (1997), que já naquele período se preocuparam em produzir uma história comparativa dos processos de Independência nas Américas (bem como sobre Brasil e Portugal), de modo a inquirir como se deu a formação dos Estados e das Nações nessas terras².

Por outro lado, a própria historiografia européia e norte-americana, produzida a partir da segunda metade do século passado, tendeu a perscrutar o período, de modo a visualizar como se formou os Estados Unidos, de um lado, e como apareceram os Estados e as Nações na Europa, por outro. E que vieram a dar subsídios políticos e culturais para que a então colônia inglesa, no último quarto do século 18, se contrapusesse a sua metrópole, de modo a formar um Estado e uma nova Nação nos Trópicos (Cf. GREENFELD, 1995). Se as interpretações de Hobsbawm (1998) e Gellner (1993) não fogem totalmente desta linha interpretativa, ao estudarem o nacionalismo, suas origens na Europa e desdobramentos nos Estados Unidos e outras partes do mundo, o trabalho de Anderson (2008), apesar de suas fragilidades, teve o mérito de tentar incluir a América Latina no desencadeamento desses processos.

Para ele, o fenômeno do nacionalismo se apresentava em meados dos anos 1970, como o reflexo dos desdobramentos dos processos de colonização nas Américas e, depois, de neocolonialismo europeu sobre outros povos e nações pertencentes ao continente Africano. Além disso, conforme indica, seu estudo se justificava por pelo menos três questões interligadas: a) a partir da II Guerra Mundial os fenômenos revolucionários foram mais circunscritos ao espaço nacional, do que ao internacional; isto é, no interior dos próprios Estados-nacionais; b) havia uma ausência de teorização do fenômeno do nacionalismo, do aparecimento das Nações modernas e da nacionalidade no interior do pensamento marxista; c) e, ao contrário dos teóricos liberais e conservadores, que imaginaram um progressivo e gradual encerramento do fenômeno nacionalista, este continuava a ser muito atual e presente nas sociedades Ocidentais e Orientais.

Nesse aspecto, ao invés de tratar das tensões entre as instituições dos Estados nacionais e a ascensão do sentimento nacional, de modo a estabelecer as relações entre as estruturas estatais e a sociedade civil, o autor preferiu partir desse segundo ponto, o definindo como o estabelecimento de “comunidades imaginadas”, e não meramente imaginárias. Melhor dizendo, pautou-se sobre a análise da formação do sentimento nacional, como um desdobramento dos

² Estudos recentes demonstram a propriedade dessas questões (e.g., CARVALHO et al., 2011).

laços que comporiam uma “comunidade imaginada”, firmada com base no estabelecimento de uma identidade em comum entre seus membros. Com base num “espírito antropológico”, o autor entendeu a nação como: “uma comunidade imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008; p. 32). Desse modo: a) “Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Idem), quer dizer, o sentimento nacional; b) “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autoridade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (Idem, p. 33), ou melhor, formam a sua ‘consciência nacional’; c) “Imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas... possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações” (Idem), o que constitui propriamente o espaço territorial; d) “Imagina-se a nação como *soberana* porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina” (Idem; p. 34), e estabelecendo em seu lugar a soberania nacional, representada pelo povo; e) e “ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Idem), isto é, independente da classe, ou condição econômica, todos estão incluídos, por terem um sentimento comum de pertencimento àquela Nação, Estado e Território.

Por essa razão, de acordo com Anderson (2008), nas Américas tal processo se daria por meio da consciência que se formaria entre os ‘crioulos’ (os descendentes de europeus nascidos nas Américas, seja por processos de miscigenação ou não), que pelo exercício de suas profissões em todo território americano, estes passaram a se ver como iguais, pertencentes à mesma condição de subalternação perante a Europa e a outros funcionários, que nascidos do outro lado do Atlântico, sempre exerciam postos superiores aos seus. Assim, o transcurso de funcionários crioulos no exercício de suas funções em várias partes do Continente, ou mesmo em suas peregrinações, juntamente com o papel exercido pelos impressores locais, foram decisivos no processo de criação de “comunidades imaginadas” nas Américas, durante os períodos de Independência e na formação dos Estados e das Nações.

Contudo, como nos informa Chiaramonte (2009), a consciência nacional não se forma como um processo homogêneo em todo território, mas se dá como um princípio estritamente limitado a determinados locais daquele território, de onde a organização de famílias e comunidades, em especial as “crioulas”, exerceriam pressões por meio dos governos locais diante das metrópoles européias. E a permanência e o fortalecimento da autonomia destas cidades e de seus autogovernos contribuíram diretamente para a formação de uma consciência,

a princípio limitada ao local, e, com os processos de Independência, passava a se irradiar para o resto do território. No caso da Argentina, como o autor estuda, tal consciência adviria com os desdobramentos das *reformas borbônicas*, que limitariam a ação e o poder das famílias locais crioulas nos territórios americanos. A princípio, porque a reforma procurou centralizar o poder da monarquia espanhola, então distribuído entre suas cortes e vice-reinos, assim como, depois, vieram a propagá-las para a América hispânica. Contudo, as tradições de autogovernos, as quais existiam desde o início do processo colonial, foram preservadas nas cidades centrais do território colonizado; e, em função da diminuição do poder das famílias crioulas junto a monarquia espanhola, que teria, para ele, gerado o início de um processo geral de descontentamento. Como resultado, a ação irradiada a partir de Buenos Aires e que propiciaria a Independência do território argentino, também daria margem a formação de uma consciência nacional, que se propagaria daquele local para o resto da Nação.

A história das Américas no Brasil dos anos 1930

Já no Brasil das primeiras décadas do século passado houve autores, como Sérgio Buarque de Holanda (1902-82), que em *Raízes do Brasil* (1936), procurava apreender justamente como se deu os processos de formação do Estado e da Nação nos Trópicos, estudando comparativamente o caso brasileiro, de herança portuguesa, com os territórios de herança hispânica. Assim como ele, Viana Moog (1906-88), em *Bandeirantes e Pioneiros* (2006), de 1954, procurou estudar a questão, comparando como ocorreu o processo na América do Sul e na América do Norte, de modo a identificar as semelhanças e diferenças de cada uma delas, ao fazer um paralelo entre duas culturas. Como vimos acima, tal percepção não fora a regra naquele período, mas muito mais a exceção. Nesse aspecto, é importante nos questionarmos de que maneira era estudada a história das Américas no Brasil dos anos 1930. Para tanto, nos detemos no caso da cadeira de História da Civilização Americana, criada em 1934, com a fundação do curso de História e Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP).

Nela ingressaria Paul Vanorden Shaw, da Universidade de Columbia, que ocupou a cadeira a partir de 1935. Neste mesmo ano apresentaria um programa para a cadeira em sua exposição de *Ideias e Sugestões*, e que seria agrupada em seu relatório do ano seguinte, onde indicaria como deveria ser trabalhado ensino, pesquisa e extensão, para o bom desenvolvimento do campo da História da Civilização Americana no Brasil. Nas suas *Ideias e Sugestões* (1937; p. 41-65) destaca que “os governos e os centros intelectuais da América estão

percebendo o profundo valor de conhecimentos abalizados sobre a civilização americana” (Idem; p. 41). Ao mesmo tempo em que tal empreendimento estaria sendo proposto tanto na América do Norte, quanto na Central e do Sul, em diferentes centros de ensino e pesquisa (antigos ou recém criados para tal finalidade). E o que explicaria essas diferentes iniciativas, que estariam ocorrendo quase que de maneira simultânea, seria justamente a necessidade de os Estados Unidos conhecerem melhor seus vizinhos, para estabelecerem melhores vínculos e relações comerciais, políticas e diplomáticas; e o mesmo valeria para o caso da América Latina e Central, o que fomentaria em todas as partes das Américas a criação de centros de estudo, museus e institutos de pesquisa sobre a história americana. Nesse sentido, para o desenvolvimento deste campo de estudo na FFCL/USP era necessário o aumento do número de “cursos dentro da própria cadeira”, ou o estabelecimento de “um grande Centro de Estudos Americanísticos de S. Paulo”; visto, que pelos motivos acima apontados, “todos os países da América Latina devem vir a conhecer os seus vizinhos, e especialmente os Estados Unidos da América do Norte” (Idem; p. 42).

Entre as razões imediatas para por em prática essa iniciativa estava à própria experiência que Shaw teve com o ensino no curso de Geografia e História, onde os alunos se envolveram mais detidamente com a temática da escravidão e da condição do negro no Brasil e nos Estados Unidos, e:

Vê-se aí, ainda que seja em ponto muito pequeno e em linhas muito gerais, que o estudo de *um* problema americano, no sentido mais lato da palavra *americano*, tem atraído a atenção de estudantes brasileiros sobre um aspecto deste problema no seu próprio país e lhes tem proporcionado certos dados para comparar as soluções ou falta de soluções no Brasil e nos Estados Unidos (Idem; p. 42-3).

Mais do que simplesmente pensar na formação de um campo de pesquisa, Shaw estava preocupado com o estabelecimento de melhores relações comerciais no Continente, de modo a propiciar uma formação adequada para o professor ‘secundário’, para o estudioso, assim como ao jornalista e ao diplomata.

Era justamente por essa razão que a cadeira deveria primar pela formação do: a) professor para as escolas ‘primárias’ e ‘secundárias’, assim como para os centros de altos estudos; b) preparar jornalistas para escreverem sobre as Américas com conhecimento de causa; c) preparar diplomatas para representarem o Brasil em outros países e continentes; d) e preparar especialistas na matéria, “os quais, por meio de suas produções, desvendariam problemas importantes sobre a América e tomariam o seu lugar ao lado de outras autoridades sobre a matéria” (Idem; p. 44). Não por acaso, esta “cadeira deveria

estar a cargo de um grupo de especialistas, cada um dos quais se encarregaria de uma fase especializada da matéria” (Idem; p. 45), como: a História Antiga Americana; a História do Império Espanhol e das Repúblicas Hispano-Americanas; a História do Império Britânico e dos Estados Unidos da América do Norte; e a História de Portugal e do Brasil (muito embora já houvesse uma cadeira específica para tal finalidade no curso de Geografia e História, então ocupada por Alfredo Ellis Jr., como veremos abaixo).

Ao mesmo tempo, “o historiador da civilização americana, que deseje recriar tôda a história passada do continente americano, terá de lançar mão da mais importante documentação ao seu dispor, que é a proporcionada pela arqueologia, pela antropologia e por outras ciências sociais” (Idem; p. 46); uma vez que os povos nativos e os africanos trazidos para as Américas, na maioria dos casos, não deixaram registros escritos sobre suas experiências e histórias nas Américas (sendo-as, quase sempre, escritas pelos povos colonizadores do território).

Assim também deveria ocorrer com o ensino. Visto que este ganharia ao ser articulado com o avanço das pesquisas, e com propostas de cursos de extensão que venham a lhes mostrar a diversidade étnica e cultural das Américas (diversidade, aliás, que não estaria limitada as suas histórias nacionais; e o que proporcionaria melhores condições de serem efetuados estudos comparativos). Nesse caso, contribuiria com o ensino o formato de aulas que propiciassem ao aluno *aprender fazendo*, como seria o caso de dramatizações de eventos políticos, econômicos, sociais ou mesmo culturais; e esse exercício teria sempre maior resultado na medida em que os alunos conhecessem a língua dos povos colonizadores das Américas: o inglês, o francês e o espanhol.

Por essa razão, ao lado de uma proposta de formação de especialistas, de professores aptos para o ensino ‘primário’ e ‘secundário’, de jornalistas e diplomatas, esta deveria vir articulada a propostas de criação de sociedades de estudos americanísticos, de museus e institutos, para maior catalogação, armazenamento e exposição de resquícios dos povos das Américas, tendo em vista o papel exercido por suas respectivas metrópoles: inglesa, francesa, espanhola e portuguesa, antes e depois dos processos de Independência. Por isso também que se deveria ter em conta que esta cadeira não tinha apenas um fim *cultural*, pois, ela, antes disso, teria uma finalidade *prática*.

Nesse aspecto era fundamental conhecer a época Pré-Colombiana, dando-se ênfase a história destas civilizações (Maia, Inca e Asteca), suas relações com os ibéricos, africanos, anglo-saxões e franceses nos séculos 15 e 16. Num segundo momento, era primordial analisar a época colonial, em especial, o papel que tiveram Espanha e Portugal nos desdobramentos desse processo. Num terceiro, verificar como houve o desenvolvimento dos Estados Unidos e qual a participação da França nesta questão. Em seguida, descortinar os processos de

Independência com “um estudo comparativo dos movimentos de independência em tôda a América, desde o ponto de vista de: causa, ideologia, inspiração, vultos e personagens de importância, das conseqüências nos Estados Unidos, Haití, Canadá e América Latina” (1937; p. 264-65) – mas, as “guerras, sendo só meios para um fim, serão omitidas nas discussões e estudos” (Idem). Por esse motivo deveriam ser estudados os séculos 19 e 20, com base numa análise comparativa da forma que os Estados Unidos, o Haiti, e a América Latina se comportaram antes e depois de seus respectivos processos de Independência.

Processos de independência e formação do Estado e da Nação em Alfredo Ellis Jr.

Não sendo indiferente a tal situação, Alfredo Ellis Jr.³, também procurou elaborar um projeto de ‘escrita da história’ para repensar o Estado de São Paulo e o Brasil, e que havia iniciado na década anterior, mas com a conjuntura do final dos anos de 1920 e início dos de 1930, este seria amplamente revisto⁴.

³ Para os objetivos deste trabalho, não há como abordar pormenorizadamente a trajetória de Alfredo Ellis Jr. Mas, de forma muito resumida, ele viveu entre 1896 e 1974, sendo o último dos dez filhos de Alfredo Ellis (1850-1925), médico, cafeicultor, deputado federal e senador durante a Primeira República. Cresceu na fazenda cafeeira ‘Santa Eudóxia’, que faliria em 1918, em função das geadas e das consequentes safras ruins de café, e, por isso, seria vendida no início de 1919. Viveu sempre em São Paulo, com exceção de uma viagem feita durante a infância, e na companhia de seu pai, pela Europa. Estudou no Estado de São Paulo e formou-se em direito pela Faculdade do Largo São Francisco (que nos anos de 1930 seria agrupada à Universidade de São Paulo, a qual este seria professor, a partir do final daquela década), mas exerceu por pouco tempo o ofício da advocacia (em especial, após a venda da fazenda, em que havia passado sua infância). Dedicou-se mais ao ofício de professor de história, em escolas de São Paulo. Entre 1925 e 1930 foi deputado estadual por São Paulo, em duas legislaturas, a última das quais, interrompida pelo início do governo provisório de Getúlio Vargas no final de 1930. Foi em meio a essas circunstâncias que ele participou das revoltas de 1932 contra a Federação, como voluntário da Liga de Defesa Paulistana, que defendia a liberdade e a volta da autonomia para o estado de São Paulo. Ferido no front de batalha, com a derrota da Liga no setor de Cunha, Ellis Jr. iria, além disso, enfrentar forte perseguição política, após os desdobramentos daqueles eventos. Após a Revolução, e em meio à luta para não ser exilado, retorna ao magistério, lecionando no período diurno, no Liceu Pan-Americano e no Ginásio Paulistano, além de escrever vários livros didáticos. Em 1934 é eleito novamente para a Assembléia Legislativa de São Paulo, como deputado estadual pelo PRP, onde permanecerá até 1937, quando se dará o golpe do Estado Novo. Em 1938 é indicado como interino da cadeira de História da Civilização Brasileira, no lugar de seu antigo mestre Afonso de Taunay. Em 1939, torna-se catedrático e lá permanecerá até 1952, quando se será por motivos de saúde precária, vindo a se aposentar em 1956.

⁴ Alfredo Ellis Jr. viveu em uma sociedade, na qual a grande maioria da população não sabia ler nem escrever, e, além disso, participava pouco do regime político; e, como tal, a via como uma propensa massa de manobra no ‘jogo político’, em que os partidos deviam conduzir as massas. Naquele momento, instituído pelo Partido Republicano Paulista (PRP) – do qual fazia parte havia anos – como seu representante político, amparado em sua experiência como advogado (conhecedor das leis) e como historiador (estudioso do passado), o autor se colocaria como o porta-voz do povo paulistano (e paulista também), para demonstrar as maselas cometidas pelo governo federal, após a instituição do governo provisório de Getúlio Vargas no final de 1930 (Cf. FERREIRA, 2002).

Mas, ao contrário de Sérgio Buarque de Holanda, Viana Moog e Paul Vanorden Shaw, que procuraram pensar o Brasil e sua história, em comparação com a do resto da América Latina e do Norte (como vimos acima); Ellis Jr. estudou a história do país, com base na Capitania e, depois, Província de São Paulo, cujo papel desempenhado pelo bandeirante foi, para ele, fundamental, não só para a formação e proteção das fronteiras do que se tornaria o Brasil; mas principalmente para a própria fundação de uma consciência local, que se propagaria para o resto da Nação em formação, a partir de meados do século 18 (Cf. ELLIS Jr., 1937, 1946, 1959).

Com vistas a destacar *O bandeirismo na economia do século 17*, o texto de Alfredo Ellis Jr., apresentado no *Curso de Bandeirologia* de 1945, e publicado no ano seguinte, procuraria indicar quais as causas e as consequências da empresa bandeirante, para a economia do século 17. Por ser diferente da economia açucareira do Nordeste, a Capitania vicentina se viu obrigada a recorrer ao “bandeirismo apresador”, que “não tendo outra fonte de riqueza, esteve diante da imperiosa necessidade de apresar índios” (1946; p. 65). Contudo, “temos que o bandeirismo de apresamento... não foi um fenômeno voluntário, isto é, dependente da vontade dos realizadores, mas um ato predeterminado pela economia da terra e pela economia alheia” a espera de mão-de-obra cativa, e “as quais obrigavam aos vicentinos ao apresamento, se quisessem se manter vivos e civilizados” (Idem; p. 65). Do “bandeirismo apresador”, passou-se para o “bandeirismo pesquisador”, que foi “impulsionado pela voracidade gulosa de Portugal que, por meio das famosas cartas autógrafas, incitava os lusitanófilos planaltinos à penetração no sertão, em buscas mineralógicas” (Idem; p. 74). Ao ser descoberto o ouro se passou a outra forma de bandeirismo, o “sedentário e minerador”:

O bandeirismo estático e minerador, empregou não a “bandeira caçadora” do apresador, não a “bandeira povoadora” do colonizador, não a “Entrada” do pesquisador, mas a “Monção”, que era uma grande massa de gente, homens, mulheres, crianças, velhos, etc., que, povoadora como a já referida, se locomovia como em comboios, pela via fluvial, com data e itinerários certos, para os pontos de fixação junto às lavras, povoando largas zonas em torno delas, não só se entregando à atividade mineradora, mas, também, às correlatas (Idem; p. 75).

Se tal empreendimento fora feito pelos bandeirantes paulistas, que era o cruzamento do europeu com o índio da terra e que viria a formar o mameluco,

como vimos acima, este não deixava também de ser um tipo de “crioulo americano” (Cf. MATOS, 2009), pois, era nativo da região em pauta. Todavia, de acordo com Ellis Jr. a peculiaridade da Capitania e, depois, Província de São Paulo, em relação ao resto do território que formaria o Brasil, era justamente que a miscigenação de sua população não se daria com o negro africano, nem tão pouco com o crioulo, nascido nos Trópicos, filho de escravos, ou de escravos com livres (Cf. ELLIS Jr., 1937, 1948) – fator, aliás, que resultou em severas críticas sobre sua interpretação, em muitos casos, avaliada como racista, preconceituosa, irrealista e sem comprovação documental adequada (Cf. ABUD, 1985; MONTEIRO, 2001). Mas, para Ellis Jr., isso era um fator fundamental por que, em função da ação e do empreendimento das bandeiras paulistas, conduzidas pelo mameluco, que se formaram as fronteiras da futura Nação, que foram desenvolvidas as vias fluviais e terrestres, que se fundaram entrepostos comerciais e cidades no litoral e no interior do território. Fica claro que seu entendimento da questão não leva em consideração o significado de crioulo, como nativo do local, mas como filho de africano, como ou sem cruzamento étnico, nascido nos Trópicos. Não sem razão, via por isso o bandeirante paulista como sendo proveniente de um cruzamento étnico peculiar, entre o branco europeu e o índio nativo, e que viria a formar o mameluco. Além disso, o bandeirante teria propiciado a constituição de uma identidade, a princípio limitada a sua Província, e que com suas ações se propagaria para o resto do território, mas sem, com isso, deixar de manter sua peculiaridade étnica e racial (Cf. ABUD, 1985; MONTEIRO, 2001; FERREIRA, 2002).

Isso por que, *a história de São Paulo era a história do Brasil*, em função das raízes que foram fincadas pelo movimento das bandeiras paulistas e pela lavoura cafeeira, ao serem ampliadas e demarcadas às fronteiras e se proporcionar o desenvolvimento político e a modernização do país. Pelas características da conjuntura política e econômica dos anos de 1930, *a história de São Paulo também não era a história do Brasil*, por suas peculiaridades étnicas e raciais, pela especificidade de sua gente, com traços físicos e características emocionais distintas do resto do país, que fizeram com que o autor pensasse, no limite, na separação do Estado da Nação, por este configurar um outro país. E, num movimento dialético, que foi se definindo a partir do final dos anos 1930, *a história de São Paulo era e não era a história do Brasil*, visto que se as raízes políticas, econômicas e sociais da Nação eram fruto do esforço paulista, a conformação étnica e cultural era uma peculiaridade de São Paulo, que o distinguiu do resto da Nação (Cf. ELLIS Jr., 1937, 1948, 1959; ELLIS, 1997). Nesse processo, residiria, para ele, uma das chaves fundamentais para se entender a Independência e a formação do Estado e da Nação no Brasil.

Ainda que a lavoura cafeeira tivesse favorecido a Província de São Paulo junto ao Império do Brasil, a partir da década de 1840, lhe fornecendo certa autonomia de decisões, como indicaria Dolhnikoff (2003, 2005, 2005b), nem, por isso, tais relações se fizeram sem contradições, discussões e revoltas. Como indica Ellis Jr. (1980), ao avaliar a regência de Feijó⁵, este teria indicado que o “Brasil é um país difícil de ser governado”, por que entre outras razões, cada “uma das suas partes tem um desejo e naturalmente puxa para este lado”; por isso, só “um governo muito forte pode impedir a desordem, isto é, pode amainar a fúria da tempestade” (1980; p. 191). Para ele, Feijó representaria a vontade da Província de São Paulo, em ascensão naquele momento. Apesar das dificuldades de sua regência, Feijó teria conseguido contrabalançar as expectativas das Províncias em relação ao Império, mas sem, com isso, deixar de lado a centralização do poder. Além disso, Ellis Jr. também teria a preocupação de demonstrar com esse exemplo, qual o lugar da Província de São Paulo diante do Império do Brasil; que, aliás, era, para ele, uma das chaves para se entender a própria formação e ocupação de nossas fronteiras, vemos a expansão de uma cultura local para o resto do território, mas sem deixar sua peculiaridade étnica e racial. Para Ricci (2002), o olhar de Ellis Jr. sobre Feijó não fugiria aos padrões de análise e aos fundamentos da escrita da história canonizados no Oitocentos, isto é, vendo o sujeito como “grande homem”, de modo a elencar objetivamente os dados documentais que comprovariam tal afirmação, ao descrever suas ações.

Considerações finais

Vimos, portanto, a importância dos estudos sobre a formação do “crioulisto americano”, e qual seu papel na compreensão dos processos de Independência e implantação dos Estados e das Nações nos Trópicos; assim como a leitura peculiar que Alfredo Ellis Jr. fez da questão, ao tomar como base o bandeirante paulista, o mameluco da terra, cuja ação foi essencial para a elaboração e proteção das fronteiras do que se tornaria o Brasil.

⁵ Sua obra é composta pelos estudos: *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924); *Raça de Gigantes* (1926); *Confederação ou separação* (1933); *A nossa guerra. Estudo de synthese critica politico-militar* (1933); *Populações paulistas* (1934); *Pedras lascadas* (1935); *A evolução da economia paulista e suas causas* (1937); *Meio século de bandeirantismo* (1939); *Panoramas históricos* (1946); *O café e a paulistânia* (1951); *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do açúcar, o ciclo do luar* (1952). Pelas biografias de: Amador Bueno; Raposo Tavares; Diogo Antônio Feijó; o tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno (seu avô) e do senador Alfredo Ellis (seu pai). E pelos romances: *A madrugada paulista, lendas de Piratininga* (1934); *O tigre ruivo* (1934); *Jaraguá, romance de penetração bandeirante* (1935); *Amador Bueno, rei de São Paulo* (s/d).

Apesar de já naquele período existirem interpretações, como a de Sérgio Buarque de Holanda e Viana Moog, que procuraram analisar o tema de modo comparativo; ou de programas como o de Paul Vanorden Shaw, na cadeira de História da Civilização Americana no curso de Geografia e História da FFCL/USP, apontar a propriedade deste tipo de estudo, quando efetuado de modo comparativo; a opção de Alfredo Ellis Jr. não foi a de estudar o Brasil, a partir de comparações com o resto das Américas, mas sim o fazendo mediante a análise da Capitania e, depois, Província de São Paulo, visto ser esta a base para o surgimento da Nação. Para ele, só entendendo a ação e o empreendimento das bandeiras paulistas, conduzidas pelo mameluco, que seria possível entender a própria história do Brasil.

Mas, evidentemente, sua escolha não era fortuita, ela estava intimamente relacionada com a conjuntura de 1929 a 1932, na qual o Estado de São Paulo perderia sua autonomia e hegemonia econômica e política diante do país⁶. Em função dos caminhos então duvidosos para o Estado, alguns grupos e “intelectuais” se organizaram com o objetivo de pensar “novos” projetos de “escritura da história”, para rever o “passado”, o “presente” e até o “futuro” paulista e nacional, e contornar a situação, a que se encontravam imersos, diante daquela “crise” política, econômica e cultural. E, não sendo indiferente a tal contexto, Ellis Jr. também procurou enfrentar a situação, ao refazer os momentos decisivos da história do país, centralizando o papel do Estado de São Paulo no conjunto do processo, por meio do empreendimento efetuado pelo bandeirante paulista, que teria sido fundamental para a formação do território, da Nação e do Estado no Brasil (Cf. ABUD, 1985; ELIS, 1997; MONTEIRO, 2001; FERREIRA, 2002).

Referências bibliográficas

ABUD, K. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1985.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, C. & RAMINELLI, R. (Org.) *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

⁶ Mais precisamente, os acontecimentos de 1929 (crise da bolsa de valores de Nova York e da economia cafeeira no Brasil), de 1930 (início do governo provisório de Getúlio Vargas e fim da Primeira República), e de 1932 (derrota dos combatentes paulistas, ao tentarem “restaurar” a hegemonia do Estado de São Paulo, na Revolução Constitucionalista) causaram uma verdadeira crise de “consciência histórica”, tal como a define Jörn Rüsen (2001, p. 53-93), em parte significativa da intelectualidade paulista e brasileira.

Do crioulismo americano ao mameluco paulista: processos de Independência...

D. da S. Roiz

CARVALHO, J.M.; PEREIRA, M.H.; RIBEIRO, G.S. & VAZ, M.J. (Org.) *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CHIARAMONTE, J.C. *Cidades, Províncias, Estados: origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

COSTA, W.P. A Independência na historiografia brasileira. In: I. JANCSÓ (Org.). *Independência: história e historiografia*. P. 53-18. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005.

DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, M. São Paulo na Independência. In: I. JANCSÓ (Org.). *Independência: história e historiografia*. P. 557-76. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005.

DOLHNIKOFF, M. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: I. JANCSÓ (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. P. 431-68. São Paulo: Hucitec e FAPESP, 2003.

ELLIS Jr., A. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do mouro o ciclo do açúcar*. São Paulo: Academia Paulista de Letras de São Paulo, 1959.

ELLIS Jr., A. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

ELLIS Jr., A. *Panoramas históricos*. Boletim LXXIII, número 6, Cadeira de História da Civilização Brasileira. São Paulo: FFCL/USP, 1946.

ELLIS Jr., A. *Meio século de bandeirantismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

ELLIS Jr., A. *Feijó e a primeira metade do século XIX*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

ELLIS, M. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo: Editora Bentivegna, 1997.

FERREIRA, A.C. *A epopéia bandeirante*. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.

GREENFELD, L. *Nationalism*. Five roads to modernity. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

HOBSBAWM, E.J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec e FAPESP, 2005.

JANCSÓ, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec e FAPESP, 2003.

MATOS, H. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: J.M. CARVALHO & L.M.B.P. NEVES (Org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. P. 349-91. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MONTEIRO, J. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e de indigenismo. Tese de Livre Docência. Campinas: Unicamp, 2001.

MOOG, V. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 21ª Edição. São Paulo: Graphia, 2006.

OLIVEIRA LIMA, M. *O movimento da independência (1821-1822)*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RICCI, M. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Unicamp, 2002.

SCHAW, P.V. Idéias e sugestões. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. P. 41-65, 1936, 1937.

TAUNAY, A.; CORREA FILHO, V.; HOLLANDA, S.B.; ELLIS JUNIOR, A.; MELLO FRANCO, A.A. & RIBEIRO, J. *Curso de Bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.